

Joel Birman
 Maria Laurinda R. de Sousa
 Ricardo Rodulfo

O ódio necessário

Joel Birman é médico, psicanalista, professor da UFRJ e da UERJ, membro do EBEP e do Espace Analytique de Paris. É autor, entre outros livros, de *Mal-estar na atualidade*, *Arquivos do mal-estar e da resistência*, *Cadernos sobre o mal* e *O sujeito na contemporaneidade* (2013).

Maria Laurinda R. de Sousa é psicanalista, professora e membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É diretora do Instituto Sedes Sapientiae (gestão 2013-2015) e autora dos livros *Violência* (Casa do Psicólogo, 2005) e *Mais além do sonhar* (com aquarelas de Ada Morgens-tern; Marco Zero, 2003).

Ricardo Rodulfo é psicanalista especializado em infância e adolescência, doutor em Psicologia, professor da Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires, professor de Psicopatologia da Universidad Século XXI de Córdoba e professor convidado da PUCSP. Autor, entre outros, de *Andamios del psicoanálisis* (Paidós, 2013), *Padres e Hijos. En tiempos de la retirada de las oposiciones* (Paidós, 2012), *Trabajos de la lectura, lecturas de la violencia. Lo creativo-lo destructivo en el pensamiento de Winnicott* (Paidós, 2009), *Futuro porvenir. Ensayo sobre la actitud psicoanalítica en la clínica de niñez y adolescencia* (Noveduc, 2008).

Mas esse é também um dos traços do ódio: é raro, é até impossível que alguém o reconheça como emanando de si próprio. O “eu odeio” quando ousa enunciar-se, afirmar-se sem disfarces, sempre se coloca como uma reação: o objeto é que é intrinsecamente odiável, ele e só ele é que desperta meu ódio, mesmo que não seja pelo fato de o objeto ser amável que eu me volte para ele.¹

Reconhecer os diversos propósitos do ódio na economia psíquica, bem como distinguir os seus diferentes manejos tem sido, na atualidade, um desafio cada vez mais presente na prática dos analistas. Sabemos que o eu – em sua condição originária de desamparo e invadido pelas pulsões – é levado a se defender e se mover em direção à sua primeira realização: incorporar a si o que é prazeroso e expulsar o que é desprazeroso. O ódio nasceria do repúdio primordial ao mundo exterior e no movimento simultâneo da instauração da autossuficiência ilusória, característica dos primórdios do psiquismo. Indelével, o ódio se mantém no âmago do eu e atualiza o encontro primordial do Eu com o outro-hostil-exterior, ameaçado com descontinuidade e aniquilação. Odeia-se diante da constatação da alteridade do outro, da exigência de reordenamento narcísico e do mal-estar advindo da experiência do encontro com o exterior.

De modo geral, verifica-se na literatura psicanalítica uma referência mais acentuada na análise do ódio destrutivo e suas consequências na construção da subjetividade, embora a clínica evidencie que nem sempre o ódio está a serviço da destruição; ao contrário, pode estar a serviço da conservação do objeto representando uma forma inconsciente de amor ou, ainda, preservando a autoestima do sujeito que nele se fortaleceu para fazer frente à desestruturação.

¹ J. B. Pontalis, “O ódio ilegítimo”, in *Perder de Vista*, Jorge Zahar Editor.

Encravado no interior do Eu, o ódio se mantém como uma marca ativa e decisiva da diferenciação/separação do Eu em relação ao outro e da afirmação do sujeito frente ao objeto. Constitui-se, assim, numa força psíquica que fortalece a identidade e a representação de si, aguça percepções, potencializa o Eu e suas fronteiras e demarca limites a fim de manter a necessária distância do outro. Sua presença na estruturação do psiquismo fundamenta a ação negadora pela qual o sujeito constrói sua singularidade, desempenhando um papel fundamental tanto no processo de individuação, que supõe a existência do outro em sua alteridade, quanto no processo de separação, pelo qual o objeto se constitui como tal. Essencial à permanência do objeto, somente no ódio o outro pode ser reconhecido como outro e a realidade como realidade. Promove, portanto, a afirmação e conservação do Eu e, ao mesmo tempo, abre a sensibilidade ao diverso e dá passagem ao amor, que tem um papel significativo na preservação do objeto, embora em muitos casos possa, paradoxalmente, convocar ao apagamento de sua alteridade.

Como um dos polos da ambivalência afetiva, uma modalidade de vínculo (e de ligação) entre o sujeito e o outro, sua presença permanente na relação intersubjetiva nos lembra que o sujeito é ao mesmo tempo elo, servidor, herdeiro e beneficiário, assim como na vida psíquica do sujeito o outro é ao mesmo tempo objeto, sustento e adversário.

Em “Além do princípio de prazer”, Freud também postula que o ódio “pode ter uma função potencial e servir a um propósito mnêmico de restaurar um estado de coisas mais antigo”, ou seja, que o ódio pode assumir um caráter defensivo, associando-se a uma economia psíquica através da qual o sujeito se esquiva do excesso de angústia ligada a afetos insuportáveis, preservando-se, por esta via, do confronto com a perda, o abandono ou o desamparo. Nesta lógica, o masoquismo pode se tornar uma forma privilegiada de subjetivação, uma saída para se resguardar do desamparo, da invasão pulsional advinda do ódio do objeto privilegiado: para evitar a experiência de abandono, o sujeito pode se dobrar



*encravado no interior do Eu,
o ódio se mantém como uma marca
ativa e decisiva da diferenciação/
separação do Eu em relação ao outro e
da afirmação do sujeito frente ao objeto*

aos cuidados patológicos e se submeter aos maus-tratos de um mau objeto.

Estamos, portanto, apontando para a existência de organizações psíquicas em que a intensidade e a negociação e derivação do ódio e do sofrimento são a condição da vida mental e/ou da sobrevivência psíquica.

Ainda que alguns teóricos pós-freudianos tenham se debruçado sobre a clínica do ódio e construído reflexões teórico-clínicas importantes sobre o ódio como uma espécie de investimento, ligado a um objeto externo ou interno, é provável que a maioria dos analistas teria muito a relatar sobre as situações transferenciais vivenciadas na tarefa de escutar os diferentes sujeitos cujos investimentos objetivos estão atravessados pelo signo do ódio. Acresce-se a isso o fato de que tudo o que gira em torno da tendência autodestrutiva, da desistência da vida ou da agressividade incontrolável tende a desestabilizar as relações, inclusive as de analistas e seus analisandos. É principalmente na experiência clínica, por intermédio do ódio transferencial, que se pode vislumbrar sua dimensão paradoxal e contingente, ora se manifestando como ódio destrutivo – ruptura, força destruidora, sem objeto nem lugar de legitimação –, ora se apresentando como afeto necessário, estruturante, a serviço da afirmação psíquica do Eu – dimensão essencial que realçamos neste texto. Uma clínica, enfim, que convoca uma escuta sensível e sofisticada em suas nuances.

A seção Debates da Revista Percurso convida alguns colegas a refletirem conosco sua clínica do ódio.



na obra “*Ética a Nicômaco*”,
Aristóteles qualificou
a ira e a crueldade como signos
eloquentes da animalidade
na condição humana

JOEL BIRMAN *O ódio pede passagem*

I. Raiva e ódio

Um dia alguém reagiu ostensivamente ao que outro lhe dissera de que teria sido movido pelo ódio numa certa ação, afirmando de maneira eloquente que seria a raiva que lhe teria levado a fazer certas afirmações. Aturdido com essa formulação, o interlocutor lhe perguntou então qual seria a diferença que fazia entre a raiva e o ódio, isto é, qual seria a fronteira que existia entre essas paixões. O sujeito em questão afirmou peremptoriamente e sem rodeios que a raiva seria uma paixão bem circunscrita, inscrita num certo contexto e numa situação real que lhe conferia então a marca de ser *legítima*, já que seria uma situação precisa e a ação de um outro o que teria lhe conduzido a isso. Em contrapartida, o ódio seria uma paixão na qual não existiria qualquer implicação do outro na sua promoção, de forma que o ódio seria assim uma paixão *ilegítima* e revelaria em estado bruto literalmente a condição do sujeito na sua singularidade. Daí então a sua ilegitimidade do ponto de vista estrito do *laço social*, o que não ocorreria com a raiva que seria então legítima.

Pode-se dizer que o sujeito em questão estabelece uma oposição rigorosa entre os registros passionais da raiva e do ódio, sobre a qual superpõe outra oposição, qual seja, a da *presença* ou da *ausência* de algo que a promova, de forma que esta dupla oposição seja rebatida para a oposição entre a legitimidade e ilegitimidade. Portanto, do ponto de vista ético, o sujeito em pauta enuncia o ódio como uma paixão inaceitável e inadmissível, o que não seria efetivamente o caso da raiva.

A pergunta que se impõe decisivamente aqui é o que delinea esta oposição entre a raiva e o ódio, na medida em que conduziria à oposição entre a legitimidade e a ilegitimidade dessas paixões. No que concerne a isso, não resta qualquer dúvida de que, se o ódio é considerado uma paixão ilegítima pelo sujeito, isso se deve à sua articulação com a *destrutividade*. Com efeito, se o ódio coloca em cena o sujeito de corpo inteiro, sem qualquer justificativa numa ação do outro que lhe promova e lhe incite, como seria o caso da raiva, é porque o sujeito descobre em ato, no seu dizer e no seu fazer, uma tendência destruidora que nele habita. Seria justamente isso que seria inaceitável para o sujeito no registro do laço social, à medida que o ódio seria ilegítimo pois marcado pelo ímpeto destrutivo daquele face ao outro.

Dessa maneira, o ódio se conjugaria com outras paixões também consideradas ilegítimas, marcadas pela destrutividade, como a *crueldade*, por um lado, e a *ira*, pelo outro. Como se sabe, essas diferentes modalidades de paixão foram tematizadas de maneiras diversas ao longo da história da ética no Ocidente.

II. Da negatividade à positividade

Os estoicos consideravam que a ira seria o signo infalível da presença da animalidade no homem, isto é, algo que deveria ser regulado, controlado e se possível eliminado pelo sujeito, pela ascese promovida ativamente pelo *cuidado de si*. Foi isso que enunciou Sêneca no ensaio intitulado “Da ira”. Sêneca e os demais estoicos trabalharam sobre a mesma problemática delineada anteriormente por Aristóteles, que na obra “*Ética a Nicômaco*” qualificou a ira e a crueldade como signos eloquentes da animalidade na condição humana.

O Cristianismo retomou esta leitura negativa destas paixões da alma no registro teológico, ao caracterizá-las como inscritas no registro do *pecado* e interditas por Deus, na medida em que a presença de tais paixões revelaria que o sujeito estaria possuído pelo diabo. Evidentemente, por essa inflexão teológica o Cristianismo



relançou a leitura da Antiguidade em outras bases, apesar de manter a mesma interpretação negativa daquelas paixões.

Porém, com a emergência da Modernidade, tais paixões da alma passaram a ser *positivamente* consideradas. Nesse contexto, o deslocamento do polo negativo para o positivo na leitura dessas paixões se deveu ao reconhecimento de que a animalidade estaria na base da condição humana.

Nessa viragem crucial, o discurso de Sade ocupou um lugar privilegiado, pois o ódio e a crueldade passaram a se inscrever no âmago da condição humana, não sendo, pois, o seu Outro. Por isso mesmo, na obra *A filosofia da alcova* a criminalidade passou a ser exaltada em prosa e verso, pois a morte seria a finalidade da vida e o crime seria então a fonte inesgotável da renovação desta.

Na trilha entreaberta por Sade, a condição humana passou a ser interpretada pelas dimensões da animalidade e do instinto, por diversos autores. Se inicialmente Schopenhauer enfatizou de forma eloquente a categoria de *vontade* em face da *representação*, logo em seguida Nietzsche delineou o registro do vivente na condição humana, pelo destaque conferido neste ao instinto.

Foi nesse rastro teórico que Freud construiu a psicanálise, sublinhando a base pulsional do psiquismo e a dimensão inconsciente deste. Dessa maneira, pode enunciar as suas diversas leituras sobre o sadismo e o masoquismo, assim como na fase final de sua obra concebeu o psiquismo no conflito insuperável entre a pulsão de vida e a pulsão de morte. Enfim, foi nesse contexto que formulou a existência de uma pulsão de destruição, onde certamente o ódio e a crueldade seriam dela derivados.

Na cadência da positivação dessas paixões da alma, Artaud reinventa a dramaturgia, com a constituição do *teatro da crueldade*, e Bataille passa a enfatizar a economia do desperdício em oposição à economia das trocas, onde a destrutividade que a marcaria colocaria em evidência a afirmação da vida e a sua renovação possível.

Pode-se interpretar esta inflexão decisiva promovida pela Modernidade como o signo

*senti-me convocada a mencionar
a experiência que vivi nos anos 1970,
quando ainda era aluna da FFCL
Sedes Sapientiae, faculdade
que depois deu origem ao Instituto*

infalível da “morte de Deus”, de acordo com a leitura proposta por Foucault em “Prefácio à transgressão” (1961). Com efeito, no vazio promovido pela suspensão da lei simbólica, representada pela “morte de Deus”, os indivíduos modernos foram lançados inapelavelmente à *transgressão*, pela ausência de limites que passou a regular as suas existências.

Seria por esse viés que a problemática do *Mal* foi revirada de ponta-cabeça na modernidade, de forma que aquele deixou de ser o Outro do homem, passando a se inscrever no âmago íntimo deste. Dessa maneira, o ódio e a crueldade, apesar de serem considerados paixões ilegítimas, passaram a ser destacados pelo sujeito como algo que o caracteriza na sua singularidade, mas inscritos agora no campo dos laços sociais. Seria neste campo, enfim, que se realizariam as práticas de *normalização*, que se disseminaram com o advento da Modernidade.

MARIA LAURINDA R. DE SOUSA

Falar do ódio na transferência, numa edição que tem como temática a questão da ditadura, fez-me supor a possibilidade de uma resposta que contemplasse diferentes olhares – sobre a clínica, sobre os efeitos dessas situações no corpo do analista, sobre o que tangencia, sempre, as bordas do espaço analítico. Sendo a *Percursos* uma publicação do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, senti-me convocada a mencionar, ao final deste comentário, a experiência que vivi nos anos 1970, quando ainda era aluna da FFCL Sedes Sapientiae, faculdade que depois deu origem ao Instituto.



*um ódio para o qual ele só
tem como resposta o agir –
como encarnação de impulsos
destrutivos cegos e que
não encontram nomeação*

Vou começar pelo relato da entrevista com uma criança, que tinha, na época (15 anos atrás), cerca de 5 anos:

Sentado em sua cadeirinha, ele, na segunda entrevista, anuncia muito senhor de seus poucos anos:

Eu voltei porque eu gosto muito de vir aqui; eu queria vir. Tenho três coisas pra falar. Deixa ver... Ah! A primeira é que aconteceu lá na escola e a mamãe pediu pra eu te falar. É que a Edna e o Bruno, eles são meus amigos... A Edna é muito boazinha, ela tem um problema na perna, coitadinha, mas ela é muito boazinha. Eles tavam brigando e ela tem problema na perna; não se pode bater nela, coitadinha. O Bruno falou que tinha o filme da Bela e da Fera e ela dizia que não. Ele dizia que sim e ela dizia que não. Aí eu fui falar com ela, porque senão eles iam brigar e eu falei: – Edna, se ele está falando que tem é porque tem. Ela me mostrou a língua assim e aí eu fiquei muito irritado, mas foi porque ela me mostrou a língua, ela fez assim ó (mostra-me a língua). Então, eu peguei meu caderno e acertei na cabeça dela, e também chutei a perna dela. A Edna abaixou a cabeça assim na mesa, porque ela estava chorando. Aí eu peguei o estojo e joguei na cabeça dela.

Deixa ver que mais eu ia te contar. Ah! Já sei. Aí tinha que fazer um desenho.

Ficou tão bonitinho. Aí um menino gozou do meu desenho. Eu estava recortando com a tesoura e enfiei a tesoura na barriga dele, e depois no outro e no outro. Aí eu joguei a tesoura no olho dele.

Nesse momento eu já estava assustada, imaginando a gravidade do que ocorreu e surpresa com a dissonância entre o que ele me dizia e a forma em que isso era dito. Ele pareceu captar isso na minha expressão e continuou:

Acertou aqui do lado (quase dentro do olho) mas não fez nada; só machucou um pouquinho... Eu queria vir aqui porque eu gostei de vir aqui.

Então, eu lhe digo que ele sabe que precisava vir aqui para falar dessa irritação, que o deixa tão fora de si, que ele não consegue controlar e também para me falar dessas coisas que o irritam tanto, mas que também o deixam aflito.

Sabidamente ele me responde falando do irmão. De como ele estraga as coisas, de como ele não o suporta, de como briga com ele... Um irmão perturbador que deveria ser eliminado, assim como os “amiguinhos” que o contrariam.

Ele, tão aparentemente dono de seu discurso, mas tão alienado no ódio a esses pequenos estranhos que ameaçam seu reinado. Um ódio para o qual ele só tem como resposta o agir – como encarnação de impulsos destrutivos cegos e que não encontram nomeação – e a reprodução “formalmente” aprendida de um discurso vazio do que não se deve fazer: “coitadinha, ela tem um problema na perna, não se pode bater nela”. Mas algo ultrapassa essa mera formalidade; essa alienação: uma ansiedade que aparece na fala compulsiva e no desejo de vir para análise e “saber” que disso se precisa falar.

Essa criança encerra o encontro produzindo uma série de desenhos que quer me deixar de presente. Presentes que ele me oferece para que eu os coloque na árvore de natal (estávamos no mês de junho), querendo a garantia de que eu os leve para casa. Que “eu” o leve comigo? Que “eu” não o esqueça? Que “eu” lhe garanta presença? A “minha” presença – como representante dos outros significativos – e a dele. Que o ódio por esses irmãozinhos-inimigos-rivais não o deixe órfão, e possa ser reconhecido como parte dele, nomeado, subjetivado, a fim de que encontre outros destinos possíveis.

No recorte mencionado acima, a reação aprendida no corpo da analista é sutil; funciona como uma intervenção captada pela criança. Já numa outra situação clínica, mencionada a seguir, não é da sutileza no corpo que se trata;

é dos excessos que apontam para os limites do suportável na escuta, provocando reações mais intensas no corpo e levando à ideia de interrupção da análise.

O ódio fazia presença na maior parte das sessões; gotejava das palavras do analisando e inundava a sala provocando sufocação e paralisia. Mas as palavras de Pontalis, gravadas em mim, como referência, também faziam contraponto a esse desejo de encerrar o trabalho iniciado: o analista deve poder escutar o que há de mais abjeto... sem, no entanto, cair na sujeição do masoquismo.

Ele, jovem adulto, com uma carreira reconhecida e bem-sucedida, veio para análise, num momento depressivo, com referência a ideias suicidas que já o haviam acometido anteriormente, mas que hoje não se faziam tão presentes. Veio, também, com uma questão que seria decisiva para sua permanência na análise: queria saber se eu pensava que a transexualidade era uma doença. Duas falas que, no decorrer de nossos encontros, se mostraram claramente imbricadas. As diferenças e as ameaças de morte assolavam seu pensamento e seu discurso; ora voltado contra si, ora dirigido, com extrema violência, aos outros que lhe cruzavam o caminho, que o perturbavam no trânsito, que não respondiam ao seu cumprimento, que não o consideravam... Imaginava cenas de extermínio que encenavam o que era da ordem do horror. Cenas nunca tornadas atos; eram parte de seu cárcere privado; tentativas de reproduzir, no encontro com o outro imaginário, o aniquilamento precocemente sofrido, mas eram, também, seu segredo interior, sua garantia de existência; sua garantia de não cair no abismo do vazio.

Filho excluído do convívio familiar, exilado num colégio interno, conviveu desde cedo com o medo da avaliação do olhar dos outros e com o isolamento. Na análise, os tempos entremearam-se com silêncios, questionamentos, tentativas de encontro – de minha parte e da dele – e ataques, também violentos, ao sentido dessa análise. O exílio e o temor de algo proibido revelado pelo



as diferenças e as ameaças de morte assolavam seu pensamento e seu discurso; ora voltado contra si, ora dirigido, com extrema violência, aos outros que lhe cruzavam o caminho

corpo deixaram marcas dificilmente erradicáveis. Num dado momento, penso em interromper a análise e me pergunto se, frente ao insuportável, esse não seria um ato necessário.

Dirijo-me, então, a outro analista e peço que me escute. Momento crucial em que precisamos da mediação de um outro para estabelecer a distância necessária ao pensamento e à saída da paralisia. Retomo a história dessa análise e o que sei da história desse sujeito. Escuto o que o analista me pergunta, vejo-me reeditando a trajetória dos abandonos temidos – e provocados com a finalidade de serem expurgados – e Isso produz efeitos. Contrariamente ao que pensara antes, decido convocá-lo a aumentar a frequência dos encontros. Surpreendentemente, ele responde e passa a vir com mais frequência e a falar com mais desenvoltura. Se para o ódio é preciso encontrar lugares legítimos de fala, encontrar mediações, pensamentos, ligações e interdições que permitam que ele não se faça ato, é preciso, também, quando ele se apresenta de forma tão intensa numa análise, suportar estar de corpo presente... sem, no entanto, cair na sujeição do masoquismo.

Medo, horror, exílio, tortura, cuidados a serem tomados frente ao perseguidor – agora não imaginado, mas presente na vida pública –, são efeitos terríficos dos regimes totalitários e de qualquer espécie de fundamentalismo. Os que defendiam a liberdade e o direito à participação política nos destinos do país, nos anos 1970, presenciaram a invasão, por parte dos que representavam o poder ditatorial, aos colégios estaduais e às faculdades que sustentavam movimentos



*por diversas razões,
tanto clínicas como teóricas,
não concebo o ódio como
uma espécie de fenômeno
nato, já dado*

políticos de seus estudantes (a USP, a PUC, a FEI, o Sedes) e a repressão, tortura e extermínio dos sujeitos que eram considerados subversivos.

Em meus primeiros anos da faculdade, convivi com a suspeita dos “agentes infiltrados” nas salas de aula. Em minha turma todos desconfiávamos de um certo aluno. Muitos anos depois, diante da pergunta direta sobre sua participação colaboracionista na ditadura, disse ter sido convocado pelos militares a exercer esse trabalho, mas que não aceitara tal incumbência. Nunca sabemos se a invasão ao nosso centro acadêmico e a destruição e apreensão de tudo que havia na sala foram efeitos dessas denúncias. Mas a violência da invasão persistiu exigindo uma vigilância mais acentuada – no sentido da proteção necessária – sobre as discussões, as ações e os textos produzidos. Os movimentos que se seguiram e que culminaram com a anistia parcial, com as eleições diretas, com a exigência do direito à verdade e do reconhecimento e punição dos responsáveis pelo horror cometido, também, ainda, persistem. Fazem parte do ódio necessário.

Ricardo Rodolfo *Ódio*

Não compartilho destas posições evolucionistas que alocam o tema nos princípios da vida e buscam a origem do ódio no primeiro ano de vida. Por diversas razões, tanto clínicas como teóricas, não concebo o ódio como uma espécie de fenômeno nato, já dado. Concordo com Winnicott em que existe uma dissimetria profunda entre o início do amor primitivo e a constituição, bem mais tardia, da capacidade de

“odiar o inimigo” – segundo escreve o pensador inglês –, porque assinala a necessidade de inserir toda uma categoria ausente no início da vida... e muito mais além (sabemos que o predisposto à depressão falará em constituí-la ainda que isso coloque em jogo a própria vida). Por isso mesmo é tão difícil que uma criança odeie de verdade seus pais, ainda quando a maltratem seriamente, e é muito provável que ela se sinta em falta pela maldade que eles praticam.

Complica em muito essas questões, uma velha confusão psicanalítica que carece de rigor para nomear com precisão autênticos fenômenos do ódio. Em consequência, vemos, a partir da aceitação abusiva do complexo de Édipo, uma indiscriminação massiva que assimila rivalidade, hostilidade ciumenta e desamor enquanto desinvestimento ao ódio propriamente dito. Uma criança pode ter ciúme quando seu pai abraça e beija a mãe e enojar-se e sentir raiva dele, porém isso tem pouco a ver com o ódio genuíno: essa criança ama seu pai. Mais tarde, pode competir e desejar ganhar dele em qualquer coisa, mas isto tampouco é ódio; são expressões afetivas que estão alojadas no campo do amor. Igualmente um casal pode competir entre si para ver quem ganha mais dinheiro ou para descobrir quem é o mais querido entre os filhos, mas não deixa de se amar e não significa que se odeie.

Há casais que deixam de se amar, que se desamam, que não se desejam mais, que não suportam seguir vivendo juntos, porém raramente isso chega ao ódio. Para isso se requer um “um novo ato psíquico”; por mais que alguém nos frustrate, não passamos a odiá-lo gratuitamente. A cólera, a ira, a raiva, que se sobressaem tão fácil na era do deambulador, não significam ódio; ao contrário, o ódio pode apropriar-se dessas manifestações afetivas, ainda que não forçosamente, porque é capaz de trabalhar com maior frieza e silenciosamente. Mesmo Melanie Klein – demasiadamente propensa a simplificações nesses aspectos, com uma concepção às vezes maniqueísta, em que imagina um combate entre o amor e o ódio de maneira totalmente

mítica – destacou que um intenso sadismo pode pertencer à esfera do amoroso ou do erótico, sem apontar para a destruição do objeto.

Freud também é simplificador quando faz do cenário edípico um lugar de combate entre amor e ódio. Nos fatos clínicos, somente uma criança verdadeiramente perturbada odiará um – ou os dois – dos seus progenitores.

O célebre Hans é mal compreendido e reina uma contradição flagrante no texto que ele consagra: uma criança que odiava e por sua vez temia o ódio castrador de seu pai mal poderia fazer-lhe as confidências que ele lhe faz, pois faltaria totalmente a confiança para contar coisas entre as quais se conta nada menos do que a masturbação, para um menino no princípio do século xx, que estava no foco de adultos. Por outra parte, enquanto a criança duvida da consistência e estabilidade do casal e cuida muito de dirigir a eles sua artilharia edípica, esforça-se para mantê-los unidos, o que não seria o caso se sentisse ódio ao rival, dentro do triângulo.

Competir não é odiar, ainda que o vocabulário possa fazer semelhança e sobrepor (“vou destruí-lo...”), porém, depois de tudo, como bem observa Nancy, o vocabulário erótico também se sobre põe aqui e utiliza palavras e gírias muito violentos. Neste ponto a psicanálise deve praticar um reajuste de seu vocabulário na busca de precisão. Tampouco pode deixar-se levar por expressões cotidianas nas quais o ódio é banalizado, como quando alguém diz que odeia tal ou qual comida, assimilando o ódio a algo de que não gosta. O conceito clássico de ambivalência traz dificuldades particulares, já que em primeiro lugar haveria de ser ampliado para acomodar outras polaridades que não apenas amor e ódio. Os matizes são sutis até o indefinível, como quando um percalço no amor desata fúrias passionais de intensidade selvagem, sem que isso deixe de ser parte do amor e, de nenhum modo, do ódio. Como de costume, as fronteiras nunca são claras e distintas.

Em todo o caso, para alcançar verdadeiramente o ódio como tal, os caminhos que se



*competir não é odiar, ainda
que o vocabulário possa
fazer semelhança e sobrepor
 (“vou destruí-lo...”)*

abrem parecem passar pela dor da dependência e pela voracidade, ambos processos tão estudados pelo pensamento kleiniano. O primeiro pode chegar ao limite do tolerável, sobretudo quando aqueles de quem tanto se depende se aproveitam dele para maltratar. A voracidade sem freio exige que tudo seja para mim, convertendo em inimigo aquele com quem devo repartir. Típico das guerras de sucessão entre irmãos. É como dizer que a voracidade dá direitos, o direito a tudo na perspectiva do voraz, cuja dor por compartilhar é inenarrável, o qual sugere uma séria deficiência na categoria do nós, aspecto inerente à constituição sadia do ego. Observando irmãos que se dão bem, se comprova que dar algo a um deles desencadeia de imediato a pergunta reassuradora: se o outro recebeu o mesmo; e isso sem prejuízo de que entre eles possam suscitar-se ciúmes e rivalidades diversas, porém que não afetam essa integração essencial do nós. Por esse caminho desembocamos no ponto que mais me interessa destacar neste espaço: o ódio como uma paixão dirigida à alteridade, ao que o outro tem de outro.

Proporia pensar que a única presença do outro que desperta algo mais que simples repulsa e desejo de destruição é o outro em sua mínima manifestação em doble, clon. Não porque falte aquela repulsa e aquele desejo, senão porque nesse caso se agrega uma particular e intensíssima atração, fascinação por este com quem se mantém um vínculo daquela classe, como no triste acontecimento que terminou com o assassinato de John Lennon, ou na perseguição que o professor Moriarty fazia de quem perseguia



*assim, deparamos
com a imensa problemática
do domínio, tão constituinte
dos seres humanos*

Sherlock Holmes. Para dissipar um mal-entendido, frequentemente haveria de fazer notar que o mínimo de diferença faz sentir o máximo da diferença, todo um paradoxo que não dissimula nem indiscrimina. A singular complicação aqui é o desejo de ser o objeto odiado – e não tranquilamente de ser como ele –, e isso em um universo fálico, hegeliano, onde existe apenas um lugar para ser (sem essa condição, a problemática de dupla nunca se tornaria perigosa), concedendo toda sua importância ao fato de que ser este outro aborrecido e terrivelmente atraente é a melhor forma de dominá-lo.

Assim, deparamos com a imensa problemática do domínio, tão constituinte dos seres humanos. O domínio, a dominação, aquela problemática que Derrida propôs aos psicanalistas para que fosse seu grande tema no século XXI. E isso quando estamos recordando o cinquentenário da ditadura militar no Brasil.

O domínio é o elemento-chave do ódio, talvez ainda mais que a destruição, ou de um modo mais sutil, já que aponta para a abolição do que o outro tem, e nesta direção destruí-lo não é mais que um meio para este objetivo essencial, o qual só dá lugar a crueldades sem limites, muitas das quais destroem o humano sem terminar de destruí-lo literalmente, coisas às vezes piores.

Com muito mais frequência, o ódio trabalha não destruindo, mas reduzindo o outro, rebaixando-o ao plano de um objeto manipulável, ou, em outras palavras, a outra forma de escravidão. E nada será tão odiado quanto o desejo de liberdade que se detém no outro, ainda que em pequenas doses. Sensibilidade obsessivo-paranoica

para captar até homeopáticas manifestações deste desejo sem o qual não existiria nada que pudesse chamar-se “Ocidente”. Por isso, não seria por acaso que grandes matanças e genocídios se praticam contra comunidades, povos, etnias que reclamam autonomia, vale dizer, o direito de ser considerados como uma diferença a respeitar.

Temos uma grande lição com o que aconteceu com os judeus, precisamente alguém com uma cultura da qual a cristã é resultante. E também valeria a pena recordar, para o caso da Alemanha, que nela a produção cultural judia era a mais destacada do planeta, com pensadores de um gabarito de Einstein ou Freud. Então, essa pequena diferença era demasiado pequena para ser tolerada, pois o paradoxo é que uma diferença pequena explicita a diferença, o diferencial da diferença, que é desproporcional em sua magnitude. Do judeu ao cristão, apenas a insignificância de um prepúcio. No extremo oposto de outros povos dominados, o judeu nunca se colocou como objeto. Nem se polarizou, renunciando aos emblemas do Ocidente para contrapor o monopólio do cristianismo, como os muçulmanos. Por isso não há nada parecido a um antimuçulmanismo da envergadura do antissemitismo, nem sequer depois que importantes grupos dessa cultura empreenderam uma conspícua atividade terrorista cuja data culmina até o 11 de Setembro.

Com isso nas mãos, já podemos perceber melhor o que mais será odiado na ditadura do tipo das tantas toleradas na América Latina. A inflexão singular, nesse tipo de regime que nunca mais gostaríamos de suportar, é o ódio radical ao desejo de diferença que se alcança – por caminhos possíveis ou impossíveis, certos ou errados – quando importantes grupos de cidadãos começam a se manifestar por uma existência mais livre e mais justa, por mais que muitas vezes o façam através de ideais que, por sua vez, detestam a diferença.

É que a insatisfação incondicional da diferenciação – entendida como o motor de toda diferença concreta – está no coração do ódio e é muito mais decisiva que o ódio dirigido a pessoas

em si. Seria melhor formulado se disséssemos que o que mais se pode odiar em alguém não é sua diferença como alteridade, expressada na maioria das vezes em diminutas particularidades, tanto quanto em desejos carregados com este anseio de liberdade, raramente formulado com a grande retórica da liberdade, porém reivindicado em movimentos e protestos de envergadura comum e corrente.

Uma sentença a partir do que Hanna Arendt consagrou como banalidade do mal. Não será demais ter em conta que a banalidade, por si mesma, é uma operação redutora do diferencial, nivelando tudo por baixo, indiscriminando por excelência, é toda uma máquina trituradora de alteridades irreduzíveis, de singularidades que, por sua parte, sempre resistem. O ódio triunfa cada vez que consegue uma redução demolidora dessa classe. Decorre daí que a banalização corrente – que vemos bem em práticas midiáticas e propagandísticas – aprecia jargões generalizadores, do tipo “somos todos argentinos”, etc. Se toda forma de amor implicar gozar da diferença sob alguma de suas formas, o ódio se dirige a sua destruição, abolição ou repúdio e, mais ainda, a dominação, uma vez que a diferença dominada deixa de existir e se degrada em sua paródia. Entendemos como as palhaçadas fascistoides parodiam cerimônias de grandiosidade genuína, onde o diferencial respira, evocando produções como a Heroica de Beethoven.

Resta pendente a importância de poder odiar o inimigo nominalmente, precisamente, do direito a diferença. Operação complexa que necessita valer-se da própria violência, não como mal pelo mal, mas pelo direito a exercê-lo como resposta defensiva. Neste ponto, uma questão: desde a ótica da diferença, a resposta odiante é reativa, desde a perspectiva do ódio são suas coberturas amorosas cosméticas. O que formula o problema de se poderia existir uma posição de ódio que não fosse reativa, de emergência espontânea, o que parece difícil de aceitar no tempo que urge para investigar.

O ódio é duplamente reativo quando se reveste de significantes e atitudes pseudoamorosas. Isso parece mais correto, porém deixa em aberto um potencial esquemático a complexificar no par proposto por Winnicott entre o espontâneo e o reativo. É certo que uma dificuldade adicional é o fato de que muito dificilmente chegam para análise sujeitos centrados no ódio, como eixo de sua existência. Os que chegam em sua imensa maioria o fazem buscando algo pelo lado do amor, um amor demasiado enredado em desejos de dominação, porém amor como fim. Faltarão, então, material clínico para tal discussão. Nesses casos pode nos salvar, proporcionando-nos o material faltante, a produção artística relacionada à psicanálise enquanto experiência cultural.